

CARTAS FEMININAS N' O LIBERAL DO PARÁ

Márcia Pinheiro (UFPA/CAPES)¹

Orientadora: Profa. Dra. Germana Sales (UFPA)²

Resumo: A representação do cotidiano feminino do século XIX, nos escritos de Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) tem sido objeto de relevantes reflexões sobre a composição do *corpus* social, nos aspectos históricos, políticos, religiosos, além dos costumes que caracterizavam uma época. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a educação feminina era apresentada nas **Cartas femininas** material divulgado no periódico paraense **O Liberal do Pará** (1871-1890) no ano de 1888. Para entendimento do conteúdo desses escritos é necessário um olhar investigativo para o momento dessas publicações na segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Cartas femininas; Maria Amália Vaz de Carvalho; O Liberal do Pará. Século XIX.

Introdução

Ao longo do século XX, historiadores e críticos literários dedicados à pesquisa em fontes primárias se perguntaram sobre a circulação da produção escrita nos séculos anteriores, bem como sobre as preferências do público leitor. Uma parcela desses pesquisadores passou a se dedicar ao estudo de publicações em periódicos. Tais pesquisas propõem-se a levantar inúmeras questões acerca da preferência dos leitores por determinados escritos e seus autores; bem como sobre as diferentes práticas de leitura, muitas vezes, orientadas por autores, editores, tradutores, entre outros atores sociais que faziam parte da regulação da leitura.

A imprensa periódica brasileira do século XIX, como já é sabido, foi de intensa fecundidade para a produção literária, em virtude de ter reservado lugar, em suas páginas, para a inclusão de espaços destinados ao conteúdo literário, a exemplo do famoso espaço folhetim³. Portanto, a imprensa foi escola para grandes nomes da literatura nacional,

¹ Doutoranda em estudos literários no Programa de Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES. *E-mail:* marciasp23@gmail.com

² É professora Associado IV da Faculdade de Letras, do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), da Universidade do Federal do Pará, com atividade docente na Graduação e Pós-Graduação, atuando especialmente em temáticas referentes à literatura do século XIX e ensino de Literatura.

³ No começo do século XIX, os jornais franceses reservavam um espaço para publicações de escritos. Esse espaço era uma linha cortada horizontalmente na geografia do jornal, era chamado de que traduzido para o português denominamos de folhetim, nasce da necessidade de gerar prazer e bem estar aos leitores. Tinha a seu serviço o rodapé do jornal, e se apresentava separado por um fio gráfico grafado horizontalmente. A partir de 1830, esse espaço cedeu lugar à ficção, momento em que os clássicos da literatura francesa e

difusora do aclamado romance-folhetim, além de divulgadora de narrativas estrangeiras, a saber escritos traduzidos da pena francesa, inglesa, portuguesa entre outras.

Ao lado das narrativas publicadas no rodapé do jornal, também circulavam em outros espaços dos jornais: artigos de opinião, críticas ao gênero romance⁴, crônicas, sùmulas e informações sobre chegada de livros, anúncios sobre escravos fugitivos entre outras inúmeras informações, uma vez que, como postula Socorro Barbosa, “o jornal estava o século XIX, da mesma forma que a *internet* está para o século XXI”.

Nesse sentido, objetivamos analisar um exemplar das **Cartas femininas** publicadas n’ **O Liberal do Pará**, no ano de 1888, de autoria de Maria Amália Vaz de Carvalho, para tanto demonstraremos a estratégia que a autora usava para se comunicar com o público feminino.

Para o desenvolvimento deste artigo, primeiramente, empreendemos um recorte do *corpus* coletado para a elaboração da tese de doutorado⁵, sequencialmente, foi feita a leitura e análise da carta do exemplar 236 d’ **O Liberal do Pará**. A importância deste estudo está pautada no fato da autora portuguesa ter circulado em jornais paraenses e ainda na biblioteca Fran Pacheco do Grêmio Literário português ser encontrado um vasto espólio da obra da escritora, demonstrando assim, que seus escritos circularam e tiveram recepção por parte do público paraense.

Em meio a tantas vozes masculinas que apresentavam as mulheres segundo os seus próprios filtros, ora passivas e artificiais, ora ardilosas e interesseiras, ganha corpo na segunda metade dos Oitocentos um quadro de escritoras, dentre as quais destacaram-se em Portugal, mas circularam nos jornais paraenses: Guiomar Torresão (1844- 1898), Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851- 1925), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847- 1921) e demais talentos, que passa a problematizar a temática feminina “de dentro”.

universal foram selecionados para ocupar em “pedacinhos” o rés-do-chão. Assim o jornal democratizou-se diante da burguesia e saía do círculo dos assinantes ricos. Em razão disso, houve, então, a necessidade de uma nova parceria entre jornalismo e literatura. Surge a aliança, entre o jornal e o romance enquanto novo gênero, e com isso, a coluna **Folhetim**, que foi garantia de sucesso. Cf. NADAF. Yasmin Jamil. **Páginas do passado**: ensaios de literatura. São Paulo: editora, 2014. p.45.

⁴ O Brasil recebeu não apenas os romances, mas os ecos das polêmicas que tanto animaram os europeus durante o século XVIII. Na Europa a difusão do gênero foi acompanhada de forte polêmica, opondo detratores e defensores da nova forma, brandindo argumentos **estéticos, religiosos e morais**. Aqui e ali pequenos textos publicados na imprensa brasileira repetiam argumentos empregados nas discussões europeias sobre o gênero. ABREU, 2004, p. 13.

⁵

A imprensa periódica paraense na segunda metade do século XIX se estabelecia como elemento essencial para a cultura e sua vigorosa produção e circulação eram alimentadas, em boa parte, pelas atividades políticas desenvolvidas nesse momento histórico. Sendo assim, a imprensa foi usada como agente da história e não simplesmente como órgão que registrou os fatos, logo, comporta vários sentidos específicos, e de tal modo, procurou construir uma mentalidade ao público leitor.

Dessa forma, em meio aos impressos do século XIX, o jornal foi o meio mais acessível para a expansão e divulgação da produção literária, por isso esteve presente em muitos lares paraenses. Pelos estudos nos periódicos oitocentistas, é possível perceber o quanto o paraense estava ligado às novidades advindas da Europa e como essa influência estrangeira colaborou para a consolidação do romance brasileiro.

2. Imprensa Oitocentista

Márcia Abreu no artigo O gosto dos leitores – a recepção de romances como problema para a história literária localizado no livro **Interpretação do texto/leitura do contexto** (2013), examinou fontes diversas, como pedidos de licença para circulação de livros submetidos à censura, anúncios publicados por livreiros em jornais de grande circulação e registros de consultas de obras em bibliotecas, tal trabalho demonstra que nem sempre as obras e os escritores que compõem as histórias literárias não são as mesmas obras que caíram na predileção dos leitores durante o século XIX.

Abreu demonstrou nos resultados de sua pesquisa que as obras que compunham o gosto do público eram **As aventuras de Telêmaco** (1699), de François Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715); **História de Gil Blas** (1715), de Alain-René Lesage (1668-1747); **Dom Quixote** (1615), de Miguel de Cervantes Saavedra (1547- 161); **Mil e umas noites** (1704-1717), de Antoine Gallanda (1646-1715); entre outras. A autora chama a atenção para o fato de que nenhuma dessas obras foi escrita durante o século XIX, mas permanecera, por décadas entre as preferidas dos leitores brasileiros.

Ao examinar os registros de consultas de obras da Biblioteca Nacional de 1849 a 1856, Márcia Abreu evidencia que nesse período já havia romances brasileiros sendo publicados, mas os frequentadores da Biblioteca nacional ainda tinham preferência pelas

obras estrangeiras, o que demonstra que os leitores não estavam preocupados com a constituição de uma literatura nacional.

Embora algumas obras compostas por autores brasileiros tenham sido procuradas na Biblioteca, os leitores não parecem muito sensíveis ao problema da constituição de uma literatura nacional, questão que tanto mobilizou os escritores brasileiros do período e que estabelece os limites do *corpus* de textos considerados pelas histórias literárias. (ABREU, 2013, p.176).

A apresentação das obras que obtiveram sucesso editorial no século XIX – demonstra que havia uma forte predileção por parte dos leitores comuns de obras estrangeiras. Dessa forma se retomarmos a ideia de sistema literário proposto pelo crítico e historiador literário Antonio Candido, o leitor deveria ser um elemento a ser considerado para a elaboração das histórias literárias, mas Márcia Abreu demonstra que esses compêndios não consideram o gosto dos leitores não especialistas para estabelecer o cânone nacional de escritores e de obras. Este fato é interessante, pois a partir da proposta de estudo da literatura como um sistema (escritor- obra- público), o resultado obtido nos arquivos, como títulos de bibliotecas, publicações que circularam em jornais, sugere que a ausência de um dos elementos que justamente o compõem é responsável por dissolvê-lo.

3. Produções amalianas: considerações sobre o belo sexo

Os grandes movimentos coletivos da sociedade ocidental, como, por exemplo, os cuidados extremos que as mães passaram a dispensar a seus filhos, não dizem respeito a uma vontade individual imperiosa, mas a processos históricos bem demarcados que, em dado momento, contaminaram a sociedade como um todo. No caso a mudança da estrutura emocional da família passou por significativa transformação no século XIX. Sendo assim, indícios dessa alteração podem ser encontrados nos escritos de Maria Amália Vaz de Carvalho.

Pouco a pouco desenhou-se um movimento e uma corrente de tom nitidamente feminista que, elitista embora no tipo de mulheres que reunia, se revestiu de um significado notável pelos esforços que congregava, pela ideologia que difundia, pela

unidade visível de objetivos e aspirações que traduzia e pelas expressões e ações concretas que assumiu e realizou, enquanto movimento organizado. Influenciada e progressivamente fortalecida por uma corrente internacional que encontrou expressões de grande vitalidade em outros países da Europa e América do Norte, o movimento a favor da emancipação da mulher em Portugal, entendido exatamente como tomada de consciência do valor da pessoa, como definição do seu papel na sociedade e como contestação e revisão de preconceitos e limitações impostos à mulher, foi um movimento que progressivamente tomou corpo e subitamente se revelou cheio de um vigor quase inesperado em um país em que jamais lutas sufragistas, típicas de outras culturas, ou movimentos radicais pelos direitos das mulheres se tinham feito sentir de forma organizada.

Com certo vigor, a dado passo, o movimento feminista em Portugal foi, no entanto, sempre um movimento moderado, nunca declaradamente subversivo nem violento, mais atento à satisfação das suas reivindicações pela força da persuasão, do direito e da educação do que pela força dos gritos e das manifestações.

A escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, legítima representante de uma geração cujo ideal era a mulher como o “anjo do lar”, teve uma ampla participação nesse debate em defesa da educação feminina. Sua opinião era conhecida do público paraense leitor dos jornais **O Liberal do Pará**, **A Província do Pará**, **Jornal do Pará** desde a década de 1870. Suas ideias sobre a educação da mulher eram de que deveria prepará-la para ser uma companheira à altura da inteligência de seus maridos e a mãe-educadora dos filhos, jamais para a emancipação feminina. Seu discurso se harmonizava perfeitamente com o pensamento geral de sua época a respeito do lugar da mulher na sociedade, sendo até o final do século XIX poucas as vozes que se levantavam para defender o ensino superior para as mulheres e seus direitos políticos, tanto em Portugal como no Brasil.

A virada do século do século XIX, com suas inovações tecnológicas e novas demandas para as mulheres se adequarem à “vida moderna”, levou a escritora a admitir rever certas posições que defendia antes e ser obrigada a se render às novas ideias ligadas à educação e ao trabalho feminino. Em seu artigo **A Mulher do Futuro**, de 1899⁶, fez

⁶ **A Mensageira**, Revista literária dedicada à mulher brasileira, foi editada por Presciliana Duarte de Almeida.

várias considerações sobre a situação da mulher e sobre as mudanças futuras que a esperavam.

Na virada do século, momento que antecedia o feminismo⁷ organizado e militante, momento no qual o feminismo se disseminava como ideia nas sociedades brasileira e portuguesa, a palavra de ordem dos/as defensores/as do “sexo feminino” era educar a mulher para todos os embates da vida, ou seja, a educação como fator de segurança econômica e para a “maternidade competente”, de melhor desempenho dos deveres de mãe.

Desde o século XIX que a educação feminina se tornou a bandeira dos que defendiam os direitos da mulher, tanto no Brasil como em Portugal. As primeiras feministas defendiam a elevação da instrução das mulheres para que se tornassem melhores mães e pudessem sobreviver de uma atividade honesta em caso de necessidade, assim como, nos meios sociais mais elevados, os homens bem sucedidos encontrassem esposas mais cultas para serem suas companheiras no corpo e no espírito, para tanto é importante a instrução feminina, como percebemos na citação a seguir:

Instruir a mulher é uma necessidade fundamental das sociedades modernas. Necessidade que todos os espíritos reconhecem e que a todos os espíritos se impõe. A divergência começa, porém, no modo e no processo pelo qual essa instrução tem de ser ministrada (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

As últimas décadas do século XIX contavam já com algumas vozes pioneiras a exprimir, em termos ainda cautelosos, mas já muito precisos nos alvos que pretendiam atingir, os novos ideais de afirmação da mulher, da sua valorização pessoal e da sua participação social.

Escritos, ou para louvar mulheres concretas, notáveis por feitos ou virtudes, ou para fazer uma defesa e um elogio das mulheres, seus direitos e suas qualidades, tais escritos são apenas exemplos isolados de um espírito que se tornaria corrente e, nessa medida, a influenciar de alguma maneira a evolução de uma situação concreta das mulheres, que efetivamente não correspondia a qualquer reconhecimento teórico de um estatuto social de igualdade.

⁷ No de 1896, na edição 57^a– página 1 –1^a coluna –, no periódico paraense **A Folha do Norte** foi publicada a nota intitulada **Movimento Feminista atual** assinada pela autora Maria Amália Vaz de Carvalho.

Nas sociedades latinas, em que mesmo o homem é indolente e inapto para a dura e áspera luta da vida, o tipo da mulher que alcance pela atividade física e pelas faculdades mentais a sua própria independência material, é senão impossível, pelo menos antipático a todas as tradições, a todos os costumes e a todas as ideias. O nosso mal é tentarmos aclimar improvisadamente os costumes e as instituições de outras raças no nosso solo ingrato a essa espécie de produções. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

De acordo com Maria Amália Vaz de Carvalho, se a mulher ficasse solteira, porque não encontrou o companheiro com o qual lhe seria grato ligar o seu destino, a sociedade não tinha nada a ver com isso, assim como também não devia casar-se por ambição monetária ou intelectual. Era exatamente para livrá-la dessa “baixeza” que a desejava independente pelo seu trabalho, quando o não fosse pela fortuna, e mais independente “ainda pela razão que a tornasse um ente de consciência justa”.

Podem os Estados Unidos, meio saxônicos e meio germânicos, pode a Inglaterra, podem os países do Norte – levando às extremas conclusões práticas o seu respeito, tradicional e herdado, pela independência e pela integridade moral da mulher – educar uma raça de trabalhadoras, tão enérgicas, tão ativas, tão independentes, tão capazes de se suprirem e de se bastarem a si mesmas como os homens dessas raças e dessas nações. Nem os latinos, nem os orientais, conseguirão nunca introduzir nos seus costumes, nas suas ideias, nos seus gostos, a noção de que a mulher é um ser independente, forte, igual ao homem. No Oriente a mulher ficou a eterna tutelada, a eterna pupila, a eterna irresponsável. Na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, creio que no Brasil, latino de raça, a mulher, libertando-se dessa servidão miserável que o Oriente subjuga, conseguiu reinar sobre os homens, dominar indiretamente nas sociedades, mas em virtude daquela mesma fraqueza, daquele mesmo encanto de dócil dependência, dos quais as modernas tendências da educação tendem a despojá-la cruelmente. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

A autora dirigia-se às mulheres de seu país, mas também às mulheres latinas de uma maneira geral, incentivando-as ao estudo e ao trabalho como um meio de obterem sua liberdade, pois considerava as jovens mulheres insuficientemente educadas para serem as companheiras e as mães do “homem moderno”. Um dos conselhos era para não fazer do amor o único ideal da existência nem o seu único fim, mas pensar no trabalho e no estudo,

deixando que as faculdades afetivas se desenvolvessem livremente, e, caso não desenvolvessem, que isso fosse indiferente à sociedade.

Para os defensores da diferença, a mulher comparada ao homem aparecia “idêntica em natureza, mas desigual em grau”. Os que não admitiam a ideia de uma natureza idêntica aos dois sexos diziam que o homem e a mulher tinham cada qual as suas qualidades e não as mesmas qualidades em graus diferentes, que a mulher era “de natureza diferente, mas de equivalente valor”, e que igualdade não queria dizer identidade, que valores iguais podiam, igualmente, ser de diversa natureza, e não era necessário de forma nenhuma que a mulher fosse parecida ao homem para ser igual.

A autora acreditava que a participação profissional da mulher no mercado livre evitaria a sua subordinação ao homem. Em plena revolução industrial, as questões relacionadas ao tema mulher e trabalho começam a surgir. Outra ideia central no feminismo emergente do século XIX é a união e a ajuda mútua entre as mulheres de todos os países na luta pelos direitos.

Nunca nas nossas sociedades em que impera fortemente o preconceito da inferioridade feminina, a mulher poderá auferir vantagens práticas da sua concorrência com o homem, na espera do pensamento e do trabalho ativo. Podia citar exemplos, que manifestam de um modo incontestável esta verdade. (CARVALHO, 1888, O liberal do Pará, p.2).

Seu argumento se baseava no direito de escolha, uma premissa do individualismo no regime liberal burguês. Na prática essa possibilidade ainda não havia para as mulheres, cuja escolha pelo casamento, mesmo sabendo que perderiam seus direitos, era condicionada pela forte pressão social. O reconhecimento social da mulher ainda estava atrelado a seus papéis de esposa e mãe, direitos possíveis por meio do casamento legal.

Logo, porém, que ela tente sair desse recinto luminoso e resplandecente, onde reina, onde é obedecida, servida e amparada; logo que ela apeteça aparecer à grande luz e talhar para si própria um lugar largo em concorrência com os homens, os mesmo que há pouco, a respeitavam, crivam-na de ironias; os que se ajoelhavam reverentes diante dela, mostram-lhe o mais cruel desdém, os que pareciam estáticos diante da sua franqueza gentilíssima, empurram-na brutalmente para lhe passarem adiante. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

Era também defensora da melhoria da educação feminina com o objetivo de serem esposas e mães mais preparadas para a educação da geração moderna. Considerava que a mulher não devia ser coagida pela educação, nem pelos costumes, nem pelas conversas, nem pelos pais, com a mania de talhar muito irrestritamente o futuro dos filhos, a ver no casamento um fim, um ideal completo e único, quase uma obrigação.

No fundo o respeito dos latinos pela mulher tem seus laivos originais de superioridade e de desdém. Amam-na porque é doce, porque é melindrosa, porque é frágil e porque é linda, amam-na como amam as crianças e as flores. Mas não lhe permitem que ela exceda os limites que por eles homens lhe foi implacavelmente traçado, além do qual elas perdem o direito a sua cavalheirosa proteção e ao seu respeito artificial e levemente hipócrita. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

As ideias de Maria Amália Vaz de Carvalho foram bastante veiculadas no Brasil a partir da década de 80 do século XIX, seja por meio da imprensa⁸, seja como colaboradora das revistas femininas e de jornais, seja pela publicação de suas obras destinadas ao público feminino e à educação das crianças.

Preparem amanhã uma geração de mulheres, prontas para o trabalho, prontas para a luta, prontas para a concorrência vital dos interesses e das recompensas, e verão essa pobre geração de sonhadoras será vencida selvaticamente pela força brutal, pelo desprezo sangrento, pela terrível inimizade do homem! É isto que não se quer ver bem e perceber bem! Nas mais humildes ocupações remuneradas não vem o homem vencer a mulher e expulsa-la da concorrência. Até as lojas de modas estão cheias de caixeiros, e imaginam então que o homem consentiria que a mulher o suplantasse e o substituísse nas carreiras e nas situações de ele tira lucro, deleite e glória?! (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

Ao defender a liberdade feminina de escolher seu estado social sem que isso significasse um fracasso na vida, especialmente no caso daquelas que escolhessem o estado de solteira, a escritora fazia uma crítica à mentalidade vigente de considerar o casamento como única carreira para assegurar o futuro da mulher. Entendia que desenvolver livremente as qualidades afetivas da mulher era deixar-lhe o pleno direito da

⁸ Na biblioteca Fran Pacheco, no Grêmio Literário Português fundado em 1867, existe um acervo substancial de livros da autora.

escolha, o direito “sagrado de amar ou não amar”, de casar ou ficar solteira, sem que isso representasse uma vergonha ou um ridículo. Para isso, era necessário que houvesse a independência feminina pela educação e pelo trabalho, mostrando que a felicidade da mulher e sua utilidade na vida não estavam única e exclusivamente no casamento.

No Brasil, a ideia era civilizar a nação por meio da mulher, sua educação vista como a pedra de toque da civilização. Quanto mais ilustrada e inteligente fosse a mulher, mais zelosa e cumpridora dos seus deveres, não bastando simplesmente saber a utilidade e os atrativos do espírito cultivado, mas fazer todo o esforço para instruir-se para o bem da pátria e da família.

Considerações finais

A partir dos estudos do que foi divulgado na imprensa periódica paraense no século XIX, podemos ter conhecimento do que circulava em outros países, como as produções de Portugal, já que as obras de Maria Amália Vaz de Carvalho chegavam em Belém, fato que demonstra que a nossa capital estava atenta aos acontecimentos mundiais.

O século XIX consolidou valores, posições políticas, instituições, entre outras categorias; a imprensa da época veiculou grande parte da vida cultural, religiosa e social dos Oitocentos. Dessa maneira, pesquisar os periódicos que circularam no século XIX é seguir pistas do que aconteceu, de maneira a reinterpretar o passado, tentando entender o espírito da época.

As descrições do comportamento das mulheres do século XIX, apresentadas por Vaz de Carvalho em **Cartas femininas** expõem uma análise da sociedade acerca de diversas nuances que envolviam a vida das mulheres, desde a infância à velhice. Muitos elementos defendidos nas cartas em análise, demonstram que a autora manifestava uma preocupação significativa com a independência feminina. Para Maria Amália, a mulher devia empenhar-se em ultrapassar as limitações impostas pela sociedade da época.

Este trabalho contribui em relação à História do Livro e da Leitura, porque foi lançada uma nova luz ao que se lia no século XIX, já no que envolve a história literária, demonstramos que se liam mais autores do que foi exposto nos compêndios de literatura. Sendo assim, a análise dessas narrativas foi feita a partir de um olhar de quem está no

século XXI, que as leu de uma perspectiva múltipla: da literatura e gênero, da história cultural e da historiografia literária.

Referências

ABREU, Márcia. **O gosto dos leitores** – a recepção de romances como problema para a história literária. *In*: JOBIM, José Luis; SALES, Germana; FURTADO, Marlí. **Interpretação do texto/** leitura do contexto. São Paulo: Contexto, 2013.

Fontes primárias

A mensageira

O Liberal do Pará

A folha do Norte